



Urbeluz Energética S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Urbeluz Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Urbeluz Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Urbeluz Energética S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o



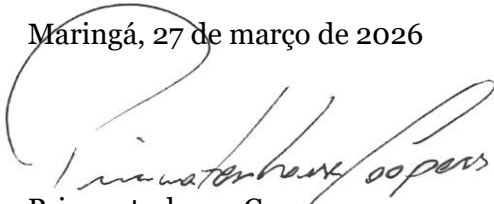
Urbeluz Energética S.A.

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 27 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

DocuSigned by

Assinado por: Gabriel Perussolo 03810816990
CPF: 03810816990
Data/hora da Assinatura: 27/03/2026 11:47 BRT
O: ICF-Brazil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC:SyngiantID Multiple
651031324C09473

Gabriel Perussolo
Contador CRC 1PR057146/O-0



Urbeluz Energética S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		22.925	25.264	60.402	66.463	Circulante		7.402	13.935	29.735	34.659
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.124	2.021	5.271	4.170	Fornecedores		3.678	4.245	15.925	12.612
Contas a receber	7	5.520	13.468	9.066	16.411	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	183	5.305
Ativo de contrato de concessão	8	-	-	41.569	37.685	Passivo de arrendamentos	11.2	1.512	1.271	1.928	1.533
Ativos destinados à aplic. concessões	9	1.287	4.013	3.142	5.464	Salários e encargos sociais a pagar		230	853	516	1.175
Créditos tributários		248	641	743	1.954	Encargos tributários a pagar	14	335	596	2.675	2.758
Adiantamentos		101	354	186	720	Impostos e contribuições parcelados	15	1.027	939	4.675	3.911
Partes relacionadas	12	6.404	18	400	18	Partes relacionadas	12	143	1.656	143	192
Dividendos a receber	10.1	5.232	4.724	-	-	Dividendos a pagar	18.3	-	3.899	2.852	7.087
Outros créditos		9	24	25	41	Demais contas a pagar		477	476	838	86
Não circulante		69.511	76.561	140.696	136.114	Não circulante		45.651	17.657	96.330	62.107
Ativo de contrato de concessão	8	-	-	134.198	121.329	Empréstimos e financiamentos	13	4.032	4.032	4.707	4.189
Partes relacionadas	12	13	11.622	218	5.651	Passivo de arrendamentos	11.2	215	1.642	1.017	2.177
Créditos tributários		-	-	783	2.344	Impostos e contribuições parcelados	15	3.117	3.806	12.303	13.199
Outros créditos		194	193	193	192	Pis e Cofins	16	496	506	10.613	9.248
						Imposto renda e contrib. social diferidos	16	179	354	29.219	25.433
Investimentos	10	66.769	60.581	-	-	Partes relacionadas	12	1.699	5.394	1.699	5.394
Imobilizado		486	476	2.085	2.157	Provisão para contingências	17	1.339	1.876	2.198	2.420
Intangível		4	-	4	1	Dividendos a pagar	18.3	34.525	-	34.525	-
Direito de uso	11.1	2.045	3.689	3.215	4.439	Perdas com investimentos	10	49	47	49	47
						Patrimônio líquido		39.383	70.233	75.033	105.811
						Capital social	18.1	20.051	20.051	20.051	20.051
						Reserva legal	18.2	3.628	2.652	3.628	2.652
						Reserva de retenção de lucros	18.4	15.704	47.530	15.704	47.530
						Participação de não controladores		-	-	35.650	35.578
Total do Ativo		92.436	101.825	201.098	202.577	Total do passivo e patrimônio líquido		92.436	101.825	201.098	202.577

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(=) Receita Líquida	19	44.053	56.380	117.856	127.822
(-) Custo dos Serviços Prestados	20	(23.407)	(40.046)	(50.530)	(58.858)
(=) Lucro Bruto		20.646	16.334	67.326	68.964
Despesas (receitas) operacionais		948	2.074	(30.005)	(32.008)
Despesas Gerais e Administrativas	21	(8.316)	(8.457)	(12.428)	(12.128)
Despesas Comerciais	21	(10.556)	(25)	(26.777)	(19.684)
Equivalência patrimonial	10	17.784	10.091	-	-
Outras Receitas (despesas), líquidas	22	2.036	465	9.200	(196)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		21.594	18.408	37.321	36.956
Resultado financeiro					
(-) Despesas Financeiras	23	(810)	(1.087)	(2.647)	(6.124)
(+) Receitas Financeiras	23	130	136	5.533	491
		(680)	(951)	2.886	(5.633)
(=) Resultado antes dos Impostos sobre o Lucro		20.914	17.457	40.207	31.323
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	24	(1.576)	(1.720)	(8.010)	(6.721)
Diferidos	24	176	(152)	(3.786)	(3.607)
		(1.400)	(1.872)	(11.796)	(10.328)
(=) Resultado Líquido		19.514	15.585	28.411	20.995
Resultado Líquido atribuído aos:					
Controladores		-	-	19.514	15.585
Não Controladores		-	-	8.897	5.410
Resultado por ação básico e diluído (em reais)		-	-	1.6994	1.3572

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Urbeluz Energética S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	19.514	15.585	28.411	20.995
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes	19.514	15.585	28.411	20.995

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Urbeluz Energética S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Consolidado						
	Controladora				Patrimônio líquido	Atribuído aos não Controladores	Patrimônio líquido Consolidado
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.051	1.873	36.425	-	58.349	31.451	89.800
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.585	15.585	5.410	20.995
Destinações					-	-	-
Constituição reserva legal	-	779	-	(779)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.701)	(3.701)	(1.283)	(4.984)
Reserva de retenção de lucros	-	-	11.105	(11.105)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.051	2.652	47.530	-	70.233	35.578	105.811
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.051	2.652	47.530	-	70.233	35.578	105.811
Distribuição de dividendos (nota 18.3)			(45.730)		(45.730)	(8.825)	(54.555)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.514	19.514	8.897	28.411
Destinações					-	-	-
Constituição reserva legal	-	976	-	(976)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.634)	(4.634)	-	(4.634)
Reserva de retenção de lucros	-	-	13.904	(13.904)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.051	3.628	15.704	-	39.383	35.650	75.033

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Urbeluz Energética S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(=) Resultado Líquido do Exercício	19.514	15.585	28.411	20.995
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:	(4.818)	(6.930)	10.369	(5.072)
Depreciação e amortização sobre imobilizado e direito de uso	1.837	1.736	2.475	2.057
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamento	-	59	497	1.092
Juros apropriados sobre parcelamentos	365	361	1.553	1.565
Juros e AVP apropriados sobre passivo de arrendamentos	290	414	414	464
Reversão (provisão) para contingências	(537)	441	(222)	738
Juros e atualização monetária sobre o ativo de contrato	-	-	(33.340)	(40.951)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.620	-	25.831	19.635
PIS e COFINS	(10)	-	1.365	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(176)	152	3.786	3.607
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.576	-	8.010	6.721
Equivalência patrimonial	(17.783)	(10.093)	-	-
Resultado Ajustado	14.696	8.655	38.780	15.924
Aumento (redução) nos ativos				
Contas a receber de clientes	(1.672)	(4.691)	(18.486)	(2.343)
Demais contas a receber e adiantamentos	(10.306)	(2.627)	549	(705)
Créditos tributários	393	(554)	2.772	(937)
Ativos destinados a aplicação nas concessões	2.726	(223)	2.322	(17)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(567)	284	3.313	(260)
Encargos tributários a pagar	(1.233)	426	(4.999)	(629)
Salários e encargos sociais a pagar	(623)	(257)	(659)	(348)
Impostos e contribuições parcelados	(966)	(1.112)	(1.685)	(3.830)
Demais contas a pagar	11.595	5.243	(8.408)	(23.785)
Outros	14.044	5.144	13.498	(16.930)
Pagamento de juros sobre debêntures	-	-	(2.644)	(2.674)
Pagamento de juros sobre Passivos de arrendamentos	(290)	(414)	(414)	(464)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(604)	(315)	(3.094)	(4.953)
Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.150	4.415	7.346	(25.021)
Aquisição de ativo imobilizado	(98)	(87)	(390)	(1.412)
Aquisição do ativo de contrato	-	-	(3.001)	(1.602)
Recebimento de dividendos	10.065	-	-	-
Recebimento do ativo de contrato	-	-	19.588	31.439
Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.967	(87)	16.198	28.425
Terceiros:				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	814	197
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(3.271)	(331)
Amortização do passivo de arrendamentos	(1.290)	(1.769)	(1.554)	(2.018)
Acionistas:				
Pagamento de dividendos	(19.739)	-	(19.739)	-
Empréstimos entre partes relacionadas	15	(744)	1.307	(181)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(21.014)	(2.513)	(22.443)	(2.333)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	2.103	1.815	1.101	1.071
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.021	206	4.170	3.099
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.124	2.021	5.271	4.170

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 8 de maio de 1995 e especializada em construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam ao gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

A Companhia é investidora em 3 companhias que operaram na construção de redes e eficientização do parque de iluminação com contrato de PPP - Parceria Público Privada, sendo elas: a investida Caraguá Luz S.A. “Caraguá Luz” no Município de Caraguatatuba-SP, cujo contrato foi aditivado em 30 de dezembro de 2020, passando de 13 anos para 26 anos, a investida Alegrete RJ Participações S.A. “Alegrete”, com contrato de PPP de 25 anos encerrando em 2039, com o Município de São João de Meriti-RJ, a qual pleiteia o reequilíbrio de contrato; e a investida Marabá Luz S.A. “Marabá” que a proposta foi homologada em 2016, porém, o Município solicitou anulação em 2017 através de ato decisório. Assim, a concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP.

1.1. Principais eventos ocorridos em 2025

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém saldo de reserva de retenção de lucros superior ao seu capital social. Em virtude disso, a Administração planeja aumentar o capital social da Companhia com o montante da reserva de lucros, conforme prevê a lei 6.404/76.

Em 28 de janeiro de 2025, a Companhia assinou o Contrato de Permuta e Outras Avenças com o acionista Daniel Auad de sua investida Alegrete Participações permutando 10% das ações, correspondente a 1.433.415 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 10% (dez por cento) do capital social total e votante, e estas foram transferidas para sua Controladora Conasa Infraestrutura S.A. em troca de participações em outras duas investidas, Mauá Luz e Construtora Luz de Mauá. A troca de ações foi realizadas a valor de livros.

Em 26 de maio de 2025, sua controladora Conasa Infraestrutura S.A., adquiriu as ações correspondentes a 43,16% do capital social da Companhia, da qual já era controladora, ampliando sua participação total de 50% para 93,16%.

2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 27 de março de 2026.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As estimativas críticas estão na nota 3.17.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

3.2 Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas das Controladas.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Controladas diretas	31/12/2025	31/12/2024
Alegrete RJ Participações S.A.	90%	90%
Caraguá Luz S.A.	55%	55%
Marabá Luz S.A.	55%	55%

3.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

3.1 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Ativos e passivos financeiros

3.5.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos de contrato que atendem às seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo de contrato derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

3.5.3 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Para ativos de contrato, a Companhia avalia para fins impairment, onde os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, no caso cada investimento é considerado como uma UGC (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), pois cada investimento é constituído para atender um contrato de concessão.

Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

3.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados em “a) iluminação de vias públicas; b) iluminação e condicionamento de ar de prédios públicos”. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativos destinados a aplicação nas concessões”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.9 Ativos de contrato de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato – TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão,



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de concessão (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação, ou seja, compor o saldo da receita operacional líquida.

3.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas vigentes na data das demonstrações financeiras, considerando as atividades que a Companhia exerce e que geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 assim como em 2024, a Companhia e suas controladas optaram pelo Regime de apuração do Lucro Presumido por regime de caixa.

3.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos, quando aplicável.

3.15 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre estas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível ou ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) Receitas de operação e manutenção: As receitas da prestação de serviços de iluminação são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços nos parques de iluminação pública de cada cidade. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre estas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa redutora do saldo de contas a receber

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há resultado positivo, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, onde a Administração provisiona os 25% mínimos obrigatórios. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

a) Receitas a faturar

A Companhia mensura suas receitas de acordo com o cumprimento das obrigações contratuais. O faturamento fiscal dessas receitas ocorre apenas após as medições realizadas das obrigações e o empenho e autorização do poder concedente. Dessa forma, a Companhia mensura e reconhece suas receitas de acordo com o contrato de concessão/serviço, à medida que cumpre com as obrigações estabelecidas, independente do faturamento fiscal. A Companhia possui registrado o saldo de R\$ 5.409 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.048 em 2024) na Controladora e R\$ 9.036 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.525 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado na rubrica de "Contas a Receber" decorrente de serviços realizados dela e através da Controladora e de suas investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações S.A. dos contratos de "PPPs" com os municípios de Caraguatatuba e São João do Meriti.

b) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

c) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Contabilização da receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem de lucro nula.

4. Companhias controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas), abrangendo os saldos e transações da Companhia e de suas Controladas. Consideram-se controladas aquelas entidades sob controle, direto ou relativo (indireto), da Companhia.

O controle é evidenciado pela capacidade de controlar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades.

Em geral, o controle existe quando a Companhia detém, direta e relativamente (indiretamente), mais de 50% dos direitos de voto, levando em conta, potenciais direitos de voto. Entidades adquiridas durante o ano são consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido e param de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

Todos os saldos e transações relevantes entre a Companhia e sua Controladas são eliminados na consolidação, incluindo investimentos, contas a receber, dividendos a receber, receitas e despesas entre as Companhias.

A participação dos acionistas não controladores está destacada em conta específica em separado dentro do Patrimônio Líquido Consolidado e, no Resultado Consolidado na rubrica “resultado atribuído aos não controladores”.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Controladas diretas	31/12/2025	31/12/2024
Alegrete RJ Participações S.A.	90%	90%
Caraguá Luz S.A.	55%	55%
Marabá Luz S.A.	55%	55%

5. Mudanças em políticas e práticas contábeis

5.1 As seguintes alterações de normas contábeis foram emitidas e estarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Alteração ao CPC 02 – Falta de conversibilidade - Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 02), adicionando novos requisitos para ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista deve ser utilizada.

Antes dessas alterações, a norma apenas estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. Vigência: 1º de janeiro de 2025.

Essas alterações não geraram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. As seguintes alterações de normas contábeis foram emitidas e estarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente internacional ao CPC 48) e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente internacional ao CPC 40), com o objetivo de responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento e incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral, não apenas instituições financeiras.

As principais alterações:

- (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para passivos financeiros liquidados por meio de sistemas de transferência eletrônica de caixa;
- (b) Adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de evento contingente;
- (c) Introduzem novas divulgações para instrumentos com termos contratuais que podem alterar fluxos de caixa (como instrumentos vinculados a metas ESG);
- (d) Atualizam divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 10 de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 26), introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

• No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e saldos em conta corrente bancária	4.124	1.915	5.058	4.064
Aplicações de liquidez imediata (a)	-	106	213	106
	4.124	2.021	5.271	4.170

(a) A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários em 62% do CDI (89% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Faturado	9.731	9.420	89.724	73.749
Contas a receber - a Faturar (*)	5.409	4.048	9.036	6.525
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.620)	-	(89.694)	(63.863)
	5.520	13.468	9.066	16.411

(*) O contas a receber a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de prestação de serviços conforme a realização em campo e suas medições, obedecendo ao regime de competência.

Composição das contas a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	-	6.696	2.086	5.445
A Faturar	5.409	4.048	9.036	6.525
Vencidos de 1 a 30 dias	1.084	516	3.649	3.515
Vencidos de 31 a 60 dias	501	856	3.632	3.570
Vencidos de 61 a 180 dias	1.580	1.352	14.345	13.953
Vencidos acima de 180 dias	6.566	-	66.012	47.266
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(9.620)	-	(89.694)	(63.863)
Total	5.520	13.468	9.066	16.411



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição máxima ao risco de crédito, é o valor do contas a receber mencionado acima, líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade de não receberem valores decorrentes da prestação de serviços. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, onde a controladora e suas controladas detém contratos de prestação de serviços com órgãos públicos, porém, a Controladora mantém valores a receber com o contrato da cidade de Armação de Búzios, e a investida Alegrete valores a receber do município de São João de Meriti-RJ. A situação do grupo econômico ao qual a Companhia pertence e as garantias reais para os débitos são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Movimentação das Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais em 1º de janeiro	(63.863)	(44.228)
Provisões de créditos de liquidação duvidosa	(37.738)	(23.276)
Reversões de créditos de liquidação duvidosa	11.907	3.641
Saldos finais em 31 de dezembro	(89.694)	(63.863)

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, a Administração da Companhia constituiu a provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 80.074 (R\$ 63.863 em 2024), sendo R\$ 9.620 na Controladora, e prováveis perdas na investida Alegrete Participações S.A. onde ainda se renegocia o reequilíbrio de contrato com a Prefeitura de São João do Meriti-RJ.

8. Ativo de contrato de concessão

a) Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Constituição do ativo de contrato	129.545	123.191
Juros sobre ativo de contrato	135.163	107.579
Atualização monetária sobre ativo de contrato	54.568	46.586
Recebimento de principal e juros sobre ativo de contrato	(143.509)	(118.342)
	175.767	159.014
Ativo de Contrato - Curto Prazo	41.569	37.685
Ativo de Contrato - Longo Prazo	134.198	121.329
	175.767	159.014

TRAC - Taxa Retorno do Ativo de Contrato - Caraguá Luz (13,32%)

TRAC - Taxa retorno do Ativo de Contrato - Alegrete (19,5%)

b) Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	159.014	147.900
Adições (Receita de Construção)	3.001	1.602
Juros e atualização monetária sobre ativo de contrato	33.340	40.951
Recebimento de principal e juros sobre ativo de contrato (*CIP)	(19.588)	(31.439)
Saldo final	175.767	159.014

(* CIP - Contribuição de Iluminação Pública)

A Companhia identificou e reclassificou para o período findo em 31 de dezembro de 2024, valores anteriormente classificados em recebimento de ativo no montante de R\$ 21.574 para a linha de adições (receita de construção). Estes valores também foram ajustados na demonstração dos fluxos de caixa para refletir adequadamente a transação, mantendo a sua comparabilidade.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Serviços de construção

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Construção	3.001	1.602
Custo de Construção	(3.001)	(1.602)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

9. Ativos destinados à aplicação nas concessões

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Postes e acessórios	4	176	104	290
Fios e cabos	242	369	383	414
Lâmpadas e luminárias	684	1.412	1.297	2.387
Reatores e relês	41	236	153	379
Braços e suportes de luminárias	-	270	301	773
Ferramentas e acessórios	118	634	485	-
Outros materiais de uso e consumo e manutenção	198	918	419	1.221
	1.287	4.013	3.142	5.464

Os ativos destinados a aplicação nas PPPs estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda nos estoques e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo custo recuperável do ativo.

10. Investimentos

a) Composição

Investimentos	%	31/12/2025		%	31/12/2024	
		Patrimônio Líquido da investida	Investimento		Patrimônio Líquido da investida	Investimento
Ativo						
Alegrete RJ Participações S.A.	90%	29.823	26.841	90%	21.982	19.784
Caragua Luz S.A.	55%	72.597	39.928	55%	74.176	40.797
		102.420	66.769		96.158	60.581
Passivo						
Marabá Luz S.A.	55%	(89)	(49)	55%	(85)	(47)
		(89)	(49)		(85)	(47)
Total de investimentos líquidos		102.332	66.720		96.073	60.534

▪ Alegrete RJ Participações S.A.

A Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete") é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 02 de dezembro de 2013, a sua sede está localizada na av. Euclides da Cunha, nº 05, lote 10, quadra 04, Vila São João, CEP 25570-162, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro. Alegrete tem por objetivo a gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa firmado com o Município de São João do Meriti, firmado em 08 de agosto de 2014.

O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos contados a partir da data do efetivo início da execução da ampliação e dos serviços de operação e manutenção.

▪ Caragua Luz S.A.

A Caragua Luz S.A. ("Caragua") é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015, a qual a Urbeluz mantém o controle.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caragua foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão era de 13 anos, uma vez que em 2020 a Companhia foi formalizado o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba prorrogando seu contrato que era de 13 anos para 26 anos, desta forma também oficializou as alterações decorrentes do 1º reequilíbrio econômico-financeiro.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato.

▪ Marabá Luz SPE S.A.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a sua Controladora Conasa detêm respectivamente 55% e 20% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP. Como ainda não foi efetivado o contrato a Companhia se mantém inativa. A Urbeluz possui o controle da investida.

• Balanço sintético das Investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Investimentos	Total de ativos	Capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Alegrete RJ Participações S.A.	86.967	14.334	29.823	8.890
Caraguá Luz S/A	99.741	21.000	72.596	17.789
Marabá Luz S/A.	215	350	(89)	(2)
	186.923	35.684	102.331	26.677

b) Movimentação dos investimentos:

Investimentos	31/12/2024		31/12/2025		
	Saldo Inicial	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Reversão/provisão de dividendos	Saldo Final
Ativo					
Alegrete RJ Participações S.A.	19.784	8.001	-	(944)	26.841
Caraguá Luz S.A.	40.797	9.784	(10.065)	(588)	39.928
	60.581	17.785	(10.065)	(1.532)	66.769
Passivo					
Marabá Luz S.A.	(47)	(2)	-	-	(49)
	(47)	(2)	0	0	(49)
Total de investimentos líquidos	60.534	17.783	(10.065)	(1.532)	66.720



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimentos	31/12/2023			31/12/2024	
	Saldo Inicial	Equivalência patrimonial	Reversão/provisão de dividendos	Saldo Final	
Ativo					
Alegrete RJ Participações S.A.	16.714	4.026	(956)	19.784	
Caraguá Luz S.A.	36.171	6.065	(1.439)	40.797	
	52.885	10.091	(2.395)	60.581	
Passivo					
Marabá Luz S.A.	(47)	0,00	-	(47)	
	(47)	0	0	(47)	
Total de investimentos líquidos	52.838	10.091	(2.395)	60.534	

10.1. Dividendos a receber:

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, suas investidas propuseram os dividendos mínimos obrigatórios, seguindo seus estatutos sociais, conforme demonstrado abaixo:

Ativo circulante	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Companhias		
Alegrete RJ Participações S.A.	1.900	956
Caraguá Luz S.A.	3.332	3.767
	5.232	4.724

11. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos

Os arrendamentos referem-se em sua maioria a locação de luminárias da Controladora e suas investidas, em seus projetos, além de aluguéis dos prédios onde a Companhia e suas controladas realizam as prestações de serviços aos órgãos públicos.

11.1. Direito de uso

Arrendamentos	(% Taxa Deprec. a.a.)	Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Direito de uso líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Arrendamentos	26,21%	6.381	(4.336)	2.045	3.689
		6.381	(4.336)	2.045	3.689

Arrendamentos	(% Taxa Deprec. a.a.)	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Direito de uso líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Arrendamentos	25,12%	8.624	(5.408)	3.215	4.439
		8.624	(5.408)	3.215	4.439

Os arrendamentos referem-se em sua maioria a locação de luminárias da Controladora e suas investidas, em seus projetos, além de aluguéis dos prédios onde a Companhia e suas controladas realizam as prestações de serviços aos órgãos públicos.

11.1.1. Movimentação do direito de uso

Arrendamentos	31/12/2024	Controladora			31/12/2025
	Saldo inicial	Novos contratos	Remensuração	Amortização	Saldo Final
Direito de uso - Arrendamentos	3.689	-	105	(1.749)	2.045
	3.689	-	105	(1.749)	2.045

Arrendamentos	31/12/2023	Controladora			31/12/2024
	Saldo inicial	Novos contratos	Remensuração	Amortização	Saldo Final
Direito de uso - Arrendamentos	4.238	-	1.099	(1.648)	3.689
	4.238	-	1.099	(1.648)	3.689



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	Consolidado			31/12/2025
	Saldo inicial	Novos contratos	Remensuração	Amortização	Saldo Final
Arrendamentos					
Direito de uso - Arrendamentos	4.439	-	789	(2.013)	3.215
	4.439	-	789	(2.013)	3.215

	31/12/2023	Consolidado			31/12/2024
	Saldo inicial	Novos contratos	Remensuração	Amortização	Saldo Final
Arrendamentos					
Direito de uso - Arrendamentos	4.710	-	1.606	(1.877)	4.439
	4.710	-	1.606	(1.877)	4.439

11.2. Passivo de arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Passivo de arrendamentos	1.512	1.271	1.928	1.533
	1.512	1.271	1.928	1.533
Não circulante				
Passivo de arrendamentos	215	1.642	1.017	2.177
	215	1.642	1.017	2.177
Total do passivo de arrendamentos	1.728	2.913	2.945	3.710

11.2.1. Movimentação:

	31/12/2024	Controladora				31/12/2025
	Saldo inicial	Remensuração	Juros e ajuste a valor presente	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Saldo Final
Arrendamentos						
Passivo de arrendamentos	2.913	105	290	(1.290)	(290)	1.728
	2.913	105	290	(1.290)	(290)	1.728

	31/12/2023	Controladora				31/12/2024
	Saldo inicial	Remensuração	Juros e ajuste a valor presente	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Saldo Final
Arrendamentos						
Passivo de arrendamentos	3.583	1.099	414	(1.769)	(414)	2.913
	3.583	1.099	414	(1.769)	(414)	2.913

	31/12/2024	Consolidado				31/12/2025
	Saldo inicial	Remensuração	Juros e ajuste a valor presente	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Saldo Final
Arrendamentos						
Passivo de arrendamentos	3.710	789	357	(1.554)	(357)	2.945
	3.710	789	357	(1.554)	(357)	2.945

	31/12/2023	Consolidado				31/12/2024
	Saldo inicial	Remensuração	Juros e ajuste a valor presente	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Saldo Final
Arrendamentos						
Passivo de arrendamentos	4.123	1.605	464	(2.018)	(464)	3.710
	4.123	1.605	464	(2.018)	(464)	3.710

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações financeiras e mercantis, realizadas entre as partes relacionadas, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes, não geram juros remuneratórios, assim como não há um vencimento.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Alegrete RJ Participações S.A. (a)	6.004	-	-	-
Vision Edmpreendimentos e Participações Eireli	400	18	400	18
	6.404	18	400	18
Ativo não circulante				
Alegrete RJ Participações S.A. (a)	-	7.459	-	-
Fortnort Sesenvolvimento Ambiental Ltda	1	-	134	1.016
Conasa Infraestrutura S.A.	-	3.000	-	3.000
Marabá Luz Ltda	-	49	-	49
Seven Apoio Administrativo Ltda	-	575	73	1.047
Daniel Auad	-	539	-	539
	1	11.622	207	5.651

(a) A Controladora Urbeluz mantém saldo de mútuos de R\$ 6.004 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.459 em 2024) com a investida Alegrete participações referentes a aportes realizados. A Controlada iniciou os pagamentos em 2025 com seus fluxos de caixa mais equilibrados. Desta forma, foi reclassificado para o curto prazo em função do cronograma de pagamentos atual determinar a liquidação dos montantes até o final de 31 de dezembro de 2026.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Caraguá Luz S.A.	-	1.463	-	-
Marabá Luz S.A.	143	193	143	192
	143	1.656	143	192
Passivo não circulante				
Conasa Infraestrutura S.A.	1.686	4.547	1.686	4.547
Fortnort Sesenvolvimento Ambiental Ltda	-	599	-	599
Consórcio Caraguá	12,71	248	12,71	248
	1.699	5.394	1.699	5.394

12.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas investidas reconheceram no resultado os valores destacados abaixo referente a serviços administrativos compartilhados com sua controladora Conasa Infraestrutura S.A, conforme contrato de prestação de serviços, onde se utiliza como base o percentual da receita. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Controladora, rateadas com suas coligadas e controladas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado				
Conasa Infraestrutura S.A.	(1.091)	(1.191)	(1.772)	(2.176)
	(1.091)	(1.191)	(1.772)	(2.176)

A Companhia e suas controladas não possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da Administração representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 1.468 (R\$ 1.428 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas implementaram plano de remuneração variável determinado pelos resultados obtidos pela Companhia. De acordo com o referido plano, as métricas atingidas representam uma obrigação no montante de R\$ 839, que serão pagas no próximo exercício, registrado na rubrica honorários de auditoria e consultoria, apresentado na nota 21.

A Companhia não oferece nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não oferece benefícios adicionais no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

i) Composição:

Modalidade	Taxa efetiva anual	Vecto Final	Controladora			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento de mercadorias (b)	1,22%	Dez/26	-	4.032	-	4.032
Total de empréstimos e financiamentos			-	4.032	-	4.032

Modalidade	Taxa efetiva anual	Vecto Final	Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento de mercadorias (b)	1,22%	Dez/26	-	4.032	-	4.032
Financiamento de veículos	19,86%	Nov/29	183	675	38	157
Debêntures - CDI (a)	18,20%	Dez/25	-	-	5.267	-
Total de empréstimos e financiamentos			183	4.707	5.305	4.189

a) Em 02 de junho de 2017, a Alegrete RJ Participações S.A emitiu 12.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1.000. A debênture tinha seu vencimento original em 19 de maio de 2022 em 48 parcelas, quando deveria ser integralmente paga pela emissora. A debênture previa juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação positiva do certificado de depósito interbancário (CDI) + 0,4233% ao mês (Juros Compostos mensalmente), incidentes sobre o valor total da debênture emitida e não amortizada. A Companhia realizou os pagamentos das parcelas vencidas ao longo do exercício de 2025.

A Companhia não possuía covenants financeiros em seus contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, e cumpriu integralmente seus covenants não financeiros em 31 de dezembro de 2025.

b) A Companhia mantém processo administrativo referente a aquisição de mercadorias com a empresa Julgano Serviços de Iluminação Inteligente Ltda, as quais vieram com defeitos de fabricação de no sistema de telegestão de luminárias, o qual há uma negociação em andamento.

ii) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	4.032	3.973	9.494	11.210
(+) Captação	-	-	814	197
(-) Pagamentos do principal	-	-	(3.271)	(331)
(-) Pagamentos de juros	-	-	(2.644)	(2.674)
(+) Provisão de juros e atualiz. monetária	-	59	497	1.092
Saldo Final	4.032	4.032	4.890	9.494

14. Encargos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS sobre receitas a pagar	170	111	353	178
Imposto de renda a pagar	3	159	594	811
Contribuição social a pagar	145	228	437	658
Impostos retidos na fonte	17	98	1.291	1.111
	335	596	2.675	2.758



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Parcelamento Federais - Pert (a)	1.010	932	2.143	1.456
Parcelamento Federais - Previdenciários	-	-	208	42
Parcelamento Federais - Demais débitos	-	7	2.185	2.296
Parcelamento Municipais	17	-	139	117
	1.027	939	4.675	3.911
Não circulante				
Parcelamento Federais - Pert (a)	3.117	3.806	9.284	10.837
Parcelamento Federais - Previdenciários	-	-	314	18
Parcelamento Federais - Demais débitos	-	-	2.674	2.198
Parcelamento Federais - Demais débitos	-	-	31	146
	3.117	3.806	12.303	13.199
Total de Impostos e contribuições parcelados	4.144	4.745	16.978	17.110

- a) A Companhia e suas controladas realizaram a adesão ao parcelamento do PERT - Programa de Regularização Tributária em 2017 a serem pagos em 142 parcelas mensais, as quais estão pagando todas em dia. Os parcelamentos são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

a) Amortização dos parcelamentos por ano de vencimento

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	939	4.675	3.911
2026	1.027	2.165	4.199	5.178
2027	1.412	1.641	2.911	3.188
2028	1.108	-	2.354	2.843
2029	597	-	1.711	1.811
Após 2029	-	-	1.128	179
	4.144	4.745	16.978	17.110

16. Impostos diferidos

Os impostos diferidos na controladora refere-se a receitas já reconhecidas através de medições de contratos de prestação de serviços em iluminação pública, já nas investidas Caraguá Luz S.A. e Alegrete Participações RJ S.A. são referentes a impostos sobre o ativo de contrato. Não há qualquer outra natureza de impostos diferidos reconhecidos contabilmente, exceto os divulgados abaixo, estes foram transferidos para o longo prazo ao final do exercício. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins sobre receitas a faturar				
Pis diferido	88	90	1.890	1.647
Cofins diferido	407	416	8.723	7.601
	496	506	10.613	9.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda diferido	101	233	21.439	18.662
Contribuição social diferido	78	121	7.780	6.771
	179	354	29.219	25.433

17. Provisão para contingências

17.1. Processos com probabilidade de perda provável

a) Composição:

A Companhia e suas controladas são parte de processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora				
31/12/2025				
Probabilidade da perda	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Provável	-	223	1.116	1.339
Total	-	223	1.116	1.339
31/12/2024				
Probabilidade da perda	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Provável	1.000	150	726	1.876
Total	1.000	150	726	1.876
Consolidado				
31/12/2025				
Probabilidade da perda	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Provável	-	223	1.975	2.198
Total	-	223	1.975	2.198
31/12/2024				
Probabilidade da perda	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Provável	1.025	150	1.245	2.420
Total	1.025	150	1.245	2.420

b) Movimentação da provisão:

Controladora				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.000	404	472	1.876
Provisões (reversões)	(1.000)	73	390	(537)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	477	862	1.339
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.045	-	390	1.435
Provisões (reversões)	(45)	404	82	441
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000	404	472	1.876
Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.025	150	1.245	2.420
Provisões (reversões)	(1.025)	73	730	(222)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	223	1.975	2.198
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.045	-	637	1.682
Provisões (reversões)	(20)	150	608	738
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.025	150	1.245	2.420

Conforme mencionado na nota 1.1, a Companhia mantinha provisionado provável perda nos processos cíveis com o representante das ações da Cobrapar diante da Urbeluz, Jorge Rodrigues Alves. No entanto, o processo foi transitado em julgado na aquisições das ações desta Companhia, assim, a administração reverteu o saldo anteriormente provisionado.

c) Natureza das contingências

▪ Provisão de riscos trabalhistas e previdenciários, tributários e civis.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e civis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A Companhia possui contratos com pessoas jurídicas relacionados a prestação de serviços continuados, cuja avaliação de risco tributário é passível de discussão no judiciário. Desta forma, a Companhia e suas controladas reconheceu o valor de R\$ 1.975 para riscos previdenciários registrados como tributários.

17.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como perda possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas possuem processos de perdas possíveis cíveis apenas, conforme demonstrado abaixo:

Probabilidade de perda	Consolidado				
	31/12/2025				
	Cível	Trabalhista	Ambiental	Tributário	Total
Possível	3.968	-	-	15	3.983
Saldo final	3.968	-	-	15	3.983

Probabilidade de perda	31/12/2024				
	Cível	Trabalhista	Ambiental	Tributário	Total
Possível	1.732	32	-	-	1.764
Saldo final	1.732	32	-	-	1.764

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 20.051, totalmente subscrito e integralizado, representado por 11.482.978 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Conforme mencionado na nota 1.1, em 26 de maio de 2025, sua Controladora Conasa Infraestrutura S.A., adquiriu as ações correspondentes a 43,16% do acionista do capital social da Companhia do acionista Cobrapar – Cia Brasileira de Engenharia, ampliando sua participação total de 50% para 93,16%. Abaixo a composição de participação dos acionistas:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	Ações em poder dos Acionistas	Capital Social	% do Capital social	Ações em poder dos Acionistas	Capital Social	% do Capital social
Conasa Infraestrutura S.A.	10.697.925	18.681	93,16%	5.741.489	10.026	50,00%
Cobrapar - Cia Brasileira de Engenharia	-	-	-	4.956.436	8.655	43,16%
Wilson Soares dos Santos	785.053	1.370	6,84%	785.053	1.370	6,84%
	11.482.978	20.051	100%	11.482.978	20.051	100%

18.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apresenta a reserva legal constituída, conforme demonstrado abaixo:

Reserva legal	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	3.628	2.652
	3.628	2.652



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Dividendos a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício no valor de R\$ 4.634. No entanto, conforme mencionado na nota 1.1, foram deliberados da reserva de retenção de lucros o valor correspondente a participação dos 3 acionistas no valor de R\$ 45.730, dos quais foram pagos apenas R\$ 19.737 ao acionista retirante Cobrapar. Em virtude dos fluxos de caixa não estarem equalizados, a Companhia iniciará os pagamentos apenas em 2027 aos outros acionistas do saldo demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Dividendos a pagar	-	3.899
	-	3.899
Não circulante		
Dividendos a pagar	34.525	-
	34.525	-

18.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha saldo de R\$ R\$ 47.530 na conta de reserva de retenção de lucros. Conforme mencionado na nota anterior, foi deliberado o valor de R\$ 45.730 referente a resultado de exercícios anteriores a ser distribuído e foram pagos no exercício o montante de R\$ 19.737, conforme nota 18.3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 13.904 encerrando com saldo demonstrados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva de retenção de lucros		
Reserva de retenção de lucros	15.704	47.530
	15.704	47.530

19. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta				
Receita de prestação de serviços	46.619	60.096	90.369	104.933
Receita de construção (Investimentos)	-	-	3.001	1.602
Remuneração do ativo de contrato	-	-	33.340	31.467
Receita bruta Total	46.619	60.096	126.710	138.002
(-) Deduções				
Devoluções e cancelamentos	-	-	(62)	(141)
Impostos sobre prestação de serviços	(2.566)	(3.716)	(8.792)	(10.039)
	(2.566)	(3.716)	(8.854)	(10.180)
Receita operacional líquida	44.053	56.380	117.856	127.822

20. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mão de obra na operação	(6.303)	(8.809)	(8.456)	(11.232)
Custos com materiais e insumos na operação	(9.034)	(22.575)	(11.092)	(23.415)
Custos com serviços de terceiros na operação	(6.316)	(7.010)	(7.465)	(8.018)
Amort. Intangível e deprec. do Imobilizado	(4)	(5)	(46)	(29)
Amortização do direito de uso	(1.749)	(1.648)	(2.012)	(1.877)
Custo com energia elétrica	-	-	(18.458)	(12.685)
Custos de construção	-	-	(3.001)	(1.602)
Total dos custos dos serviços prestados	(23.407)	(40.046)	(50.530)	(58.858)



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas administrativas, gerais e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas				
Despesas com pessoal	(711)	(1.119)	(1.454)	(1.805)
Honorários de consultorias e auditorias	(3.788)	(2.333)	(6.476)	(3.984)
Serviços administrativos compartilhados (a)	(1.091)	(1.191)	(1.772)	(2.176)
Aluguéis e locação	(241)	(413)	(248)	(417)
Depreciação	(82)	(111)	(169)	(193)
Despesas com informática (exceto folha)	(750)	(1.625)	(878)	(1.695)
Despesas com viagem	(264)	(262)	(362)	(292)
Seguro garantia	(13)	(22)	(46)	(61)
Impostos, taxas e contribuições	(81)	(15)	(81)	(162)
Outras despesas	(1.296)	(1.367)	(942)	(1.343)
	(8.316)	(8.457)	(12.428)	(12.128)
Despesas comerciais				
Despesa com pessoal	(4)	(13)	(10)	(49)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.620)	-	(25.831)	(19.635)
Outras despesas comerciais	(932)	(12)	(936)	-
	(10.556)	(25)	(26.777)	(19.684)
Total de despesas admin. e comerciais	(18.872)	(8.482)	(39.205)	(31.812)

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas				
Despesas recuperadas (a)	1.056	1.137	10.488	713
Outras receitas operacionais	461	482	511	563
	1.517	1.619	10.999	1.276
Outras despesas				
Reversão (provisão) para contingências	537	(441)	221	(715)
Multas por atraso de tributos	(18)	-	(441)	-
Passivos tributários de períodos anteriores	-	(713)	(855)	(713)
Outras despesas operacionais			(724)	(44)
	519	(1.154)	(1.799)	(1.472)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.036	465	9.200	(196)

(a) Parte do valor refere-se a recuperação de despesas de energia elétrica do valor principal do período de 2018 e 2019 recebidas da empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, os quais haviam sido cobradas indevidamente no valor de R\$ 5.429 da investida Caraguá Luz. Outra parte refere-se a recuperação de despesas de energia elétrica do valor principal do período de 2019 e 2020 recebidas da empresa Light Serviços de Eletricidade S.A, os quais haviam sido cobradas indevidamente no valor de R\$ 4.184 da investida Alegrete.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre atualização de debêntures e financ.	-	-	(341)	(542)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(107)	(183)	(115)	(2.749)
Juros sobre arrendamento mercantil	(293)	(414)	(360)	(464)
Juros sobre tributos	(6)	(94)	(32)	(425)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(365)	(361)	(1.553)	(1.565)
Outras despesas financeiras	(39)	(35)	(246)	(379)
	(810)	(1.087)	(2.647)	(6.124)
Receitas financeiras				
Juros s/ aplicação financeira	92	44	152	80
Atualização de juros sobre impostos a recuperar	37	89	325	406
Outros juros recebidos (*)	-	-	5.056	-
Outras receitas financeiras	1	3	-	5
	130	136	5.533	491
Resultado financeiro líquido	(680)	(951)	2.886	(5.633)



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Refere-se a recuperação de despesas de energia elétrica do valor dos juros do período de 2018 e 2019 recebidas da empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, os quais haviam sido cobradas indevidamente no valor de R\$ 5.429 da investida Caraguá Luz.

24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia e suas investidas apuram o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido por caixa, ou seja, somente apura o imposto quando efetivamente recebe os recursos. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração os tributos do ano corrente. Abaixo a composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

LUCRO PRESUMIDO	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
Corrente	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Serviços recebidas (8% e 12%)	45.666	45.666	56.610	56.610	45.666	45.666	56.610	56.610
Receita de Serviços recebidas (32%)	-	-	-	-	42.546	42.546	42.105	42.105
Redução da base sobre ISS, PIS e COFINS	(1.317)	(1.317)	-	-	(6.317)	(6.317)	-	-
Base de Presunção	44.349	44.349	56.610	56.610	81.895	81.895	98.715	98.715
Presunção lucro (8%) de IR e 12% de CSLL	3.548	5.322	4.529	6.793	6.552	9.827	4.529	6.793
Presunção lucro (32% de IR e CSLL)	-	-	-	-	13.615	13.615	13.474	17.173
Outras receitas/deduções	647	647	-	-	2.555	2.555	288	288
Base tributável	4.195	5.969	4.529	6.793	22.721	25.997	18.291	24.254
IRPJ (15%)	(629)	-	(679)	-	(3.408)	-	(2.744)	-
Adicional (10%)	(407)	-	(430)	-	(2.260)	-	(1.794)	-
CSLL (9%)	-	(537)	-	(611)	-	(2.340)	-	(2.183)
	(1.039)	(537)	(1.109)	(611)	(5.670)	(2.340)	(4.538)	(2.183)
IRPJ e CSLL no resultado	(1.576)		(1.720)		(8.010)		(6.721)	
Alíquota efetiva	-3%		-3%		-18%		-12%	

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos diferidos referente a receitas ainda não faturadas, assim como o reconhecimento dos tributos diferidos da constituição do ativo de contrato, conforme demonstrado a seguir:

IRPJ/CSLL Diferido	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas não faturadas (reconhecimento)	5.409	5.409	4.048	4.048	9.036	9.036	6.525	6.525
Receita financeira sobre ativo de contrato	-	-	-	-	33.340	33.340	31.467	31.467
Base de Presunção	5.409	5.409	4.048	4.048	42.376	#REF!	37.992	37.992
Presunção lucro (8% de IRPJ e 12% de CSLL)	433	649	324	486	723	1.084	324	783
Presunção lucro (32%)	-	-	-	-	10.669	10.669	10.069	10.069
Base tributável	433	649	324	486	11.392	11.753	10.393	10.852
Imposto de renda	(65)	-	(49)	-	(1.709)	-	(1.599)	-
Imposto de renda - Adicional	(43)	-	(32)	-	(1.139)	-	(1.031)	-
Contribuição social	-	(58)	-	(44)	-	(1.058)	-	(977)
Outras compensações	343	-	(27)	-	120	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	235	(58)	(108)	(44)	(2.728)	(1.058)	(2.630)	(977)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado		176		(152)		(3.786)		(3.607)

25. Instrumentos Financeiros

25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas Controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas Controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

25.2. Categoria de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. Abaixo apresentamos os valores das categorias de instrumentos financeiros da Controladora e Consolidado:

	Categoria	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	5.271	5.271	4.170	4.170
Contas a receber	Custo amortizado	9.066	9.066	16.411	16.411
Ativo de contrato	Custo amortizado	175.767	175.767	159.014	159.014
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	15.925	15.925	12.612	12.612
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	4.890	4.890	9.494	9.494
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	2.945	2.945	3.710	3.710
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.842	1.842	5.586	5.586

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Instrumentos financeiros	Risco	31/12/2025	Cenário Provável	Projeção de mercado				
				Cenário I		Cenário II		
Ativo financeiro								
Caixa e Aplicações Financeiras	Redução da CDI	5.271	14,32%	6.026	10,74%	5.837	7,16%	5.648
Contas a receber	Redução do IPCA	9.066	4,26%	9.452	3,20%	9.356	2,13%	9.259
		14.337		15.478		15.193		14.908
Passivo financeiro								
Empréstimos e financiamentos	Aumento do IPCA	4.890	4,26%	5.098	3,20%	5.046	2,13%	4.994
Passivo de Arrendamentos	Aumento do IPCA	1.727	4,26%	1.801	5,33%	1.819	6,39%	1.837
		1.727		1.801		1.819		1.837
Exposição da dívida líquida		(12.610)		(13.677)		(13.374)		(13.070)

(b) Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.



Urbeluz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado a cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos e empréstimos é demonstrada na nota explicativa nº 17, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

26. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2025 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados – SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

Mario Vieira Marcones Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: B14D1706-D6E3-4E1A-AB42-811BDFBEC95C	Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: URBELUZENERGETICA25.DEZ.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 35	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Pedro Pfasolin
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	pedro.pfasolin@pwc.com
	IP Address: 186.215.152.4

Record Tracking

Status: Original 26 March 2026 15:14	Holder: Pedro Pfasolin pedro.pfasolin@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 27 March 2026 16:47	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Gabriel Perussolo
gabriel.perussolo@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil
Issuer: AC SyngularID Multipla
Subject: CN=Gabriel Perussolo:03810816990

Signature



Signature Adoption: Drawn on Device
Using IP Address: 201.56.5.228

Certificate policy:
[1]Certificate Policy:
Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
[1,1]Policy Qualifier Info:
Policy Qualifier Id=CPS
Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 26 March 2026 | 15:15
Viewed: 27 March 2026 | 16:43
Signed: 27 March 2026 | 16:47

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events**Status****Timestamp**

Pedro PFasolin
pedro.pfasolin@pwc.com
CPF: 066.844.929-25
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

COPIED

Sent: 27 March 2026 | 16:47
Viewed: 27 March 2026 | 16:47
Signed: 27 March 2026 | 16:47

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	26 March 2026 15:15
Envelope Updated	Security Checked	27 March 2026 16:33
Envelope Updated	Security Checked	27 March 2026 16:33
Certified Delivered	Security Checked	27 March 2026 16:43
Signing Complete	Security Checked	27 March 2026 16:47
Completed	Security Checked	27 March 2026 16:47

Payment Events**Status****Timestamps**